Diversionismo Hidráulico

Oswaldo Evandro Carneiro Martins
(da Sociedade Cearense de Geografia e História)

Construa-se o Castanhão ou transponham-se as águas do São Francisco?

Ficara assente que se iria construir o Castanhão, vencidas afinal paixões políticas, vaidades pessoais e resistências multifárias, que armaram argumentos especiosos contra o açude referido até no seio de órgãos consultivos e técnicos do próprio Governo.

Agora, eis que ressurge a antiga hipótese da transposição das águas do São Francisco.

Esse comportamento ciclotímico no entanto se resume numa tática que se pode denominar de diversionismo hidráulico. Quando se argüia antes, por exemplo, a democracia da água, ou seja, a substituição do Castanhão por uma rede de barragens na bacia hidrográfica jaguaribana, tratava-se de sofisma. Quando ora se propõe a transposição das águas do São Francisco, usa-se de sofisma igualmente.

Suponhamos, para raciocinar, que as águas transferidas do São Francisco enchessem o Castanhão no prazo de um ano e meio, se mantida constante e contínua a vazão da transposição para o Ceará. Assim, enquanto não fosse ele construído, a água correspondente seria despejada no mar pela foz do Jaguaribe, pelo que não há diferença para com fazê-lo como antes, pela foz do São Francisco. Portanto, sem antecipar-se a construção do Castanhão à transposição do São Francisco, incidir-se-ia em desperdício e irracionalidade. Ou é que as duas obras serão construídas com cronogramas simultâneos, sob o mesmo critério de prodigalidade?

É tudo diversionismo hidráulico. Os inimigos do Castanhão voltam realmente à cena para um segundo ato. Dizem eles que esse projeto seria viabilizado mediante a transposição das águas. Nada dizem, porém, sobre a água própria do Jaguaribe, calam sobre o financiamento do Castanhão, omitem as limitações dos recursos hídricos do São Francisco, distorcem o pensamento sobre os interesses políticos que contendem no Nordeste.

Sabemos que o Rio São Francisco já está bastante comprometido com a eletrificação regional e a irrigação de solos cultivados no

vale. Se se pretende insistir em projeto de transposição, isto é, de elevar e levar as águas do São Francisco para as áreas regionais que as estão reclamando numa campanha de mídia, é preciso antepor ao projeto respectivo o da transposição do Tocantins para o São Francisco, de forma que seria agora suprir o déficit acima com a água do grande rio amazônico meridional.

Os Governos de Sergipe e da Bahia já se opuseram frontalmente à idéia de transferência do São Francisco. Os Governos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará estão arrolados no outro grupo, que aplaude a extensão de tais benefícios a terras que esse rio não atinge pela própria fisiografia.

O Ceará não deve embarcar na canoa traiçoeira do diversionismo hidráulico. O Castanhão sozinho resolverá nosso problema, melhormente e muito mais fartamente do que o São Francisco. E não se diga que esqueceríamos questões mais amplas da Região nordestina. A irrigação da Chapada do Apodi tornará o Castanhão praticamente uma obra do Rio Grande do Norte também, em que pese ao empenho e empeço contrários de velho político potiguar.

A transposição das águas do Rio São Francisco seria em detrimento da construção do Açude Castanhão. O Ceará não passaria de uma voz sem cacife político entre quatro, incapaz de competir com os demais em pé de igualdade. É evidente que Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte unir-se-ão, reivindicando, pelo menos, cotas iguais de água.

O Ceará participaria do empreendimento de modo omissivo ou parasitário, não sendo propriamente parte, mas apenas algo equivalente àquilo que vem por acréscimo, como se diria biblicamente. É que os recalques, ou seja, o trabalho de fazer o rio correr de serra acima – o ônus maior do projeto – pertencem a Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, porque o trecho cearense se cumpre por gravidade. Poderíamos, pois, afirmar que a transposição não é problema nosso.

Por que não integrar-nos à posição dos Governos de Sergipe e da Bahia e lutarmos, opondo-nos ao projeto que se caracteriza, pelo que acabamos de demonstrar, como um diversionismo hidráulico contra o Castanhão? O argumento do Ceará teria a sua autenticidade, o seu interesse próprio, a sua cearensidade, que consiste em defender uma solução plena e em não trocá-la por uma solução parcial. Iríamos equilibrar a balança das unidades estaduais e talvez impedir que os altos interesses e negócios políticos de Brasília prevale-

cessem numa obra interestadual. Não é novidade que o projeto é um prato feito para as empreiteiras que atuam na Capital Federal, as quais estariam por cima de considerações dos estados.

Os governantes estaduais e os políticos em geral que se mancomunarem na trama das empreiteiras contra o Castanhão responderão por isso perante o povo cearense. Por enquanto só se ouve a propaganda da nova mercadoria intitulada transposição, habilmente anunciada e ofertada e à qual ficam todos rendidos, uns conscientemente, outros inconscientemente. A estes últimos é preciso advertir o erro em que estão incorrendo.

A nossa luta é a do Castanhão. E não devemos silenciá-la, ou escamoteá-la sob o rótulo aético de adiamento, ou paliá-la com uma solução de renúncia nossa ao que já decidíramos. Vamos nós, ao final, dar atestado de incompetência política?

(Oswaldo Evandro Carneiro Martins é professor universitário aposentado da UFC e da UNIFOR).